

## Na economia todos vão falar a mesma língua

Por Claudia Safatle

O Ministério da Economia, resultado da fusão de três pastas - Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio -, foi concebido para acabar com o histórico embate, no governo, entre desenvolvimentistas e ortodoxos. O propósito do futuro ministro Paulo Guedes é unificar a linguagem da área econômica. O que aparentemente não será uma missão impossível, pois as secretarias da nova pasta serão ocupadas pelos senhores de Chicago - escola que tradicionalmente não produz heterodoxos.

A ideia é acabar com os combates que marcaram os governos desde os tempos do regime militar. Foram notáveis as quedas de braço entre o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ortodoxo, e o expansionista Reis Velloso; depois veio Simonsen versus Delfim Netto, segundo Guedes, em confrontos que se reproduziram nos governos posteriores, dispersando energia e

rumo.

O futuro ministro tem dito que sua intenção com a fusão não é acumular poder, mas ter convergência e sincronização entre as diversas áreas.

Descontrole do gasto está na raiz de todas as crises da economia

A Fazenda quer abrir a economia. O Ministério da Indústria e do Comércio, não, pois atua para proteger a indústria nacional. Fica, então, um vaivém sem resultados.

As tarefas do Ministério da Economia, definidas pelo futuro ministro, são claras: fazer uma reforma da Previdência, privatizar as estatais, abrir a economia, simplificar, reduzir ou eliminar impostos e acima de tudo, controlar os gastos do governo.

O diagnóstico que sustenta essas metas é simples: o gasto público era de 18% do PIB no início dos governos militares e foi aumentando sistematicamente em todos os

governos civis até chegar a espantosos 45% do PIB. A explosão da despesa pública, na avaliação do futuro ministro, explica por que nos últimos 40 anos o Brasil chegou à hiperinflação, decretou a moratória externa, praticou juros altíssimos e elevou os impostos a níveis sufocantes. Explica, também, por que o Brasil teve a sua democracia corrompida. "O Brasil é prisioneiro da armadilha do gasto público", diz ele.

A dívida pública bruta de quase R\$ 4 trilhões é a digital dos erros passados, produzidos pela descoordenação das políticas monetária e fiscal.

"O Brasil é um exemplo cabal de como a expansão descontrolada do gasto público pode destruir um país", atestou ele, em conversa recente com jornalistas.

A convergência e sincronização é o que vai ditar, por exemplo, a abertura da economia. Hoje essa medida é impensável porque, em linguagem figurada, os empresários





brasileiros carregam uma bola de ferro na perna direita, que são os juros altos, outra bola de ferro na perna esquerda, que são os impostos, e ainda levam um piano nas costas, que são os encargos trabalhistas. Não é razoável, diante disso, mandá-los competir com os céleres chineses.

Por essa razão, o Ministério da Indústria e Comércio foi absorvido pelo Ministério da Economia, para que haja uma sincronização de movimentos: na medida que for possível reduzir impostos, abre um pouco, se baixar mais, abre mais um pouco.

A equipe econômica do novo governo não mostra qualquer simpatia pelo que chama de lideranças empresariais "obsoletas" que sustentam seus luxos com dinheiro do Sistema S (Sesc, Senai, Senac, Sebrae, dentre outros), que são recursos públicos.

A reforma trabalhista, sacramentada pelo atual governo, retirou a contribuição sindical obrigatória dos trabalhadores, que irrigava os sindicatos. A intenção do próximo governo é fazer o mesmo com os sindicatos patronais, sob o argumento de que não tem sentido eles serem sustentados com recursos públicos.

O que sustenta o Sistema S são as contribuições sobre a folha de

salário das empresas, que variam de 0,6% a 1,5%. Essas contribuições rendem mais de R\$ 20 bilhões por ano, são recolhidas pela Receita Federal e repassadas para cada um dos serviços sociais sem transitar pelo orçamento público e sem que se tenham, algum dia, prestado contas para a sociedade de para onde foi o dinheiro.

Guedes pode conseguir unificar a linguagem na economia, mas dificilmente conseguirá o mesmo no governo como um todo. Haverá embates mais sutis e mais resistentes do que a velha disputa entre desenvolvimentistas e monetaristas.

Um pequeno exemplo de divergência ocorreu nesta semana, quando foram dadas declarações desencontradas do futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e do presidente eleito, Jair Bolsonaro, sobre reforma da Previdência. Enquanto Paulo Guedes estava em casa, de repouso, para se curar de uma infecção respiratória viral, Onyx retirou totalmente o senso de urgência da reforma da Previdência ao dizer que o governo terá quatro anos para tratar do assunto. Bolsonaro reduziu o conteúdo da reforma ao defender uma proposta de fatiamento que começaria com a aprovação da idade mínima de 62 anos para aposentadoria.

O fato é que o próximo governo não terá quatro anos para enfrentar

o aumento acelerado do gasto com a Previdência. Terá, na melhor das hipóteses, o próximo ano. Costuma-se dizer que a lua de mel de um governo com seu eleitorado dura os primeiros seis meses. Se a nova gestão não tiver sucesso no encaminhamento da proposta de mudança da Previdência até o fim do primeiro semestre do ano que vem, é enorme o risco de ver deteriorar as expectativas com as consequências danosas para a retomada do crescimento.

Guedes anunciou que pretende atacar as três maiores despesas públicas com uma nova Previdência, privatizações e reforma do Estado. A Previdência lidera a despesa, com gasto estimado em R\$ 767 bilhões e o déficit em quase R\$ 300 bilhões no ano que vem; os juros da dívida, que consomem cerca de R\$ 400 bilhões por ano, são a segunda maior despesa; e a terceira é a folha de salários da União, que custa cerca de R\$ 300 bilhões.

Mais complexa será a disputa entre o Brasil velho, dos incentivos e proteções, e o novo, da produtividade e da competitividade.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E - m a i l :  
claudia.safatle@valor.com.br

## Superministério de Paulo Guedes vai sobrecarregar área jurídica da pasta

Bernardo Caram

Brasília- A fusão de pastas da área econômica do atual governo para criar o superministério da Economia, sob o comando de Paulo Guedes, vai gerar sobrecarga na área jurídica da pasta.

O papel é cumprido pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que passará a ser subordinada a uma estrutura muito maior a partir de 2019.

O órgão é responsável por atuar na cobrança da dívida ativa da União, representar o governo na Justiça em matérias fiscais e fazer consultoria jurídica para o Ministério da Fazenda.

No governo de Jair Bolsonaro (PSL), as áreas sob esse guarda-chuva serão ampliadas, já que a Fazenda será fundida às pastas do Planejamento e da Indústria e Comércio Exterior, além de incorporar partes do Ministério do Trabalho.

A menos de um mês da posse do presidente, membros da PGFN e das consultorias da AGU (Advocacia-Geral da União) que hoje atendem a essas pastas não foram informados pelo novo governo sobre como vão funcionar os trabalhos a partir do ano que vem.

Eventuais instabilidades na atuação da PGFN trazem impactos que extrapolam a área jurídica e atingem o Orçamento do governo. Somente nas cobranças da dívida ativa, o órgão recuperou R\$ 26,1 bilhões para os cofres públicos em 2017.

Guedes e membros da área econômica que compõem equipe de transição ainda discutem saídas e não chegaram a uma definição sobre as mudanças.

Há dúvidas sobre a forma de viabilizar as alterações de estrutura. O tema é considerado delicado porque existem barreiras legais para possíveis ampliações nas responsabilidades da PGFN.

As atribuições do órgão são definidas em lei complementar, o que significa que não podem ser feitas mudanças nesses pontos por meio de instrumentos legais inferiores, como uma medida provisória ou um projeto de lei ordinária.

O texto da lei em vigor, por exemplo, diz expressamente que a PGFN é subordinada ao titular do Ministério da Fazenda, órgão que deixará de existir com esse nome.

A preocupação da equipe que estuda o caso é que os ajustes sejam feitos com cuidado para que as novas missões da área jurídica do ministério não gerem problemas legais ou sejam alvo de questionamentos.

Para atender às demandas da Fazenda, hoje são mais de 2,1 mil procuradores distribuídos pelo país em 110 unidades. Consultorias prestadas para as pastas do Planejamento e da Indústria são feitas por núcleos da AGU, órgão que tem vinculação técnica com a PGFN.





A interlocutores, o atual procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício da Soller, afirmou que não está claro como a PGFN vai se inserir no novo ministério e avaliou que pode haver turbulência na área de consultoria.

A partir do próximo ano, ele deixará o cargo de comando do órgão e seguirá na carreira de procurador.

Para o novo governo, membros da PGFN e das consultorias da AGU defendem que seja criado algum mecanismo para permitir que a procuradoria tenha as mesmas funções que exerce hoje.

Nesse caso, grupos da AGU ficariam responsáveis pelas funções que atualmente extrapolam a Fazenda.

Outra opção seria promover uma ampliação efetiva nos quadros da PGFN, que ficaria a cargo de todas as demandas do novo ministério.

Apesar das indefinições, participantes da discussão esperam que o martelo seja batido nos próximos dias pelo futuro ministro, já que as mudanças precisam ser feitas em sintonia com a fusão das pastas.